

Movimentos reforçam apoio a Dilma para reforma política no segundo mandato

14/10/2014



Em Brasília, presidenta volta a apoiar financiamento público

de campanha e reitera que apenas pressão popular mudará correlação de forças. CUT pede democratização da mídia. MST rejeita 'marcha a ré'.

Redação RBA

São Paulo – A presidenta Dilma Rousseff recebeu hoje (13) os resultados do plebiscito popular pela reforma política, realizado entre 1º e 7 de setembro em todo o país. A candidata do PT à reeleição voltou a se comprometer com a questão em um eventual segundo mandato e avaliou que os quase oito milhões de votos coletados por movimentos sociais, centrais sindicais e partidos criam uma correlação de forças favorável às mudanças.

“Sinto a força e o cheiro de uma transformação”, disse a presidenta, durante ato em Brasília organizado por representantes da sociedade. “Só a mobilização e a participação popular podem ser capazes de criar as condições para a reforma política, que é a mãe de todas as reformas. Não podemos achar que o Congresso se autorreforma. Acho que nenhuma instância se autorreforma sem a manifestação popular, sem ficar claro qual é a proposta que é legítima diante do povo brasileiro. Daí a importância do que vocês fizeram.”

Dilma recordou que propôs a reforma política como uma das respostas às manifestações realizadas em junho do ano passado, mas que, à época, não conseguiu obter avanços no Congresso para sua proposta de uma Constituinte exclusiva para tratar do sistema político. A presidenta tem manifestado desde o primeiro turno apoio à atividade de movimentos sociais pela mudança do sistema político, em especial pelo fim do financiamento empresarial de campanha.

A candidata do PT declarou ainda apoio a um sistema paritário nas candidaturas entre homens e mulheres para eleições proporcionais – a legislação atual exige a reserva de 30% das vagas de um partido para mulheres. Também a respeito da escolha de deputados e vereadores, ela opinou que o correto seria o fim das coligações partidárias.

Dilma mais uma vez associou as regras do atual sistema político à corrupção existente no país, e defendeu o financiamento público como forma de amenizar os problemas. Ao comentar a questão, ela comparou suas propostas na área às feitas por seu adversário no segundo turno, o senador Aécio Neves (PSDB). “É uma temeridade supor que teremos uma reforma política sem participação do povo. Só teremos uma efetiva reforma política se o povo votar e dizer o que quer. Porque é uma grande reforma que estamos em vias de

fazer. Muda de qualidade o cenário brasileiro”, disse a presidenta – o tucano propõe que a reforma se dê exclusivamente pelo Congresso, sem consulta popular.

Ela voltou a abordar também aquilo que foi feito nos oito anos de governo Fernando Henrique Cardoso à frente do Palácio do Planalto em termos de combate à corrupção. “Eles colocaram filiados do PSDB para dirigir a Polícia Federal e também escolheram o engavetador-geral da República. Vocês podem se perguntar aonde estão os vários denunciados como tendo feito crimes, malfeitos ou atos de corrupção ao longo de toda a história política desse país. Todos soltos. Nós mudamos essa prática.”

O presidente da CUT, Vagner Freitas, e o dirigente do MST João Pedro Stédile foram os escolhidos para discursar em nome dos quase 500 movimentos que participam da plataforma pela reforma política. O líder sindical afirmou que um segundo mandato de Dilma deveria tratar, além das mudanças no sistema político-partidário, de uma democratização dos meios de comunicação. “Será que a mídia hoje também vai conseguir esconder essa atividade? Presidenta, nós coletamos quase oito milhões de votos no Brasil inteiro e essa mídia golpista não divulgou uma linha”, afirmou. “O que acontece no Brasil é que a mídia é um partido político contra os interesses dos trabalhadores. Não podemos aceitar a desinformação.”

Já Stédile afirmou que a mobilização criada pelo plebiscito resultou na criação de uma união popular favorável a um programa de mudanças representado por Dilma, e não por Aécio. “Conseguimos construir uma unidade entre todos os movimentos, com militantes de diversos partidos políticos, todos nós imbuídos dessa necessidade do que ouvimos do nosso povo”, disse. “O povo não quer marcha a ré para voltar ao neoliberalismo. Assim como o povo não quis o chove-não-molha da Marina. O povo quer mudanças pra frente.”

As entidades reunidas na plataforma pela reforma política realizam esta semana, na capital, um acampamento pela Constituinte exclusiva. Amanhã os resultados do plebiscito serão entregues aos presidentes do Legislativo e do Judiciário.

Artigo publicado em [Rede Brasil Atual](#).